

O significante da falta no Outro e o Discurso do Capitalista: urgência contemporânea

The signifier of the lack in the Other and the Discourse of the Capitalist: contemporary urgency

Geovane dos Santos da Rocha*

Paula Karine de Lima**

Resumo

O artigo aborda o significante da falta no Outro, $S(A)$, como operador clínico frente ao Discurso do Capitalista e à urgência ética de operar com essa falta. Enquanto a lógica capitalista promete completude por meio do consumismo, a Psicanálise sustenta a falta como estrutural à constituição do sujeito; e é nesse horizonte que $S(A)$ se inscreve. A partir da analogia dos números complexos, argumenta-se que tal significante não supre a falta, mas a representa, preservando o estatuto do Outro como não-todo. Assim, se o Discurso do Capitalista reduz o sujeito à posição de consumidor, a direção do tratamento psicanalítico orienta-se pela sustentação ética da falta e, também, pela inserção do sujeito na dimensão do desejo.

Palavras-chave: Números complexos. Desejo. Contemporaneidade. Capitalismo.

Abstract

The article examines the signifier of the lack in the Other, $S(A)$, as a clinical operator in relation to the Discourse of the Capitalist and the ethical urgency of working with this lack. Whereas capitalist logic promises completeness through consumerism, Psychoanalysis sustains lack as structural to the constitution of the subject; it is within this horizon that $S(A)$ is inscribed. Drawing on the analogy of complex numbers, the paper argues that this signifier does not fill in the lack but represents it, thereby preserving the status of the Other as not-all. Thus, while the Capitalist Discourse reduces the subject to the position of consumer, the direction of psychoanalytic treatment is guided by the ethical sustaining of lack and by the subject's insertion into the dimension of desire.

Keywords: Complex numbers. Desire. Contemporaneity. Capitalism.

* Psicanalista. Analista membro da Associação Thopos Lacaniano. Psicólogo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Pós-graduado em Psicanálise Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Realeza, PR, Brasil. geovanesdarocho@outlook.com

** Psicanalista. Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Pós-graduada em Psicanálise Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Toledo, PR, Brasil. paulakne94@gmail.com

Introdução

“O que fazemos quando fazemos análise?”, indaga Lacan (1953-1954/2009, p. 19) logo no início de seu primeiro seminário, dedicado aos escritos técnicos de Freud. Retomado ao longo de seu ensino, esse questionamento orienta a busca por demarcar o que distingue uma análise de outros tratamentos do sofrimento humano. Desde Freud, a Psicanálise destaca-se por apostar na escuta de um sujeito que não se reduz à concretude dos sintomas, mas que neles ressoa: o sujeito do inconsciente (\$). Não por acaso, Lacan (1964-1965/2006) concebe a *práxis* psicanalítica como responsável por introduzir o sujeito na ordem do desejo, operação que se realiza por meio de um redirecionamento radical.

Trata-se, em suma, da ética da Psicanálise: uma ética das respostas de cada sujeito em relação à falta e incompletude do Outro. Em oposição ao discurso da ciência, que exclui a verdade – que o saber é não todo –, a Psicanálise compreende o sujeito como faltante e, por isso, desejante. O psicanalista, nesse contexto, opera em análise com algo que se sabe, mas que não quer ser sabido: o inconsciente. A ética de que se trata diz respeito à escuta desse sujeito e encontra sua possibilidade na ressonância com o desejo do analista. Sustentá-la implica recusar tentativas de impor valores ao analisante ou de conduzi-lo a um ideal pré-definido de harmonia. Ao contrário, trata-se de criar condições para que possa emergir a questão sobre o próprio desejo.

Para que isso seja possível, o analista deve estar atento às particularidades do mal-estar, que se transformam conforme a localidade e o momento histórico em que se manifestam. Sobre esse aspecto, Lacan (1953/1998 p. 322) diz: “Que antes renuncie a isso [à Psicanálise], portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época”. Correlacionado a isso, deve-se destacar que o sujeito de que trata a Psicanálise constitui-se em relação ao Outro, o campo simbólico dos significantes. “O inconsciente é o discurso do Outro” é uma das maneiras com que Lacan (1964/1988, p. 126) define o inconsciente. Nessa vertente, todos os significantes são encontrados no Outro, incluindo os relativos à cultura.

Ao se considerar que mais de um século se passou desde o surgimento da Psicanálise, e que, no perpassar histórico, ocorreram profundas transformações na realidade sociocultural mundial – como a globalização, o capitalismo, o neoliberalismo, o consumismo etc. –, torna-se imprescindível refletir sobre como o discurso do Outro se manifesta na contemporaneidade. Nessa direção, vê-se uma crescente e contínua negação da falta, sustentada pela promessa de que “tudo é possível” e de que a plenitude se encontra ao alcance da mão. Tal lógica

se articula ao avanço do Discurso do Capitalista (DC) que, conforme formalizado por Lacan (1972), opera reduzindo o sujeito à condição de consumidor e convertendo o desejo em busca incessante por objetos de satisfação imediata.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo discutir a falta no Outro como forma de resistência à máquina capitalista e à produção de sujeitos sem falta. Para tanto, parte-se da leitura do significante da falta no Outro, $S(\mathbb{A})$, como expressão da negatividade estrutural, em contraste com a tentativa contemporânea de sua negação. Tal como propõe Lacan (1960/1988), recorre-se à analogia com os números complexos, do campo da Matemática, para elucidar o estatuto lógico de $S(\mathbb{A})$, a fim de, posteriormente, articulá-lo à ética da Psicanálise e à direção do tratamento, compreendida como uma forma de transmissão da falta – e não como sua supressão ou negação.

A inscrição da falta no Outro, $S(\mathbb{A})$

A inscrição da falta no Outro – designada por Lacan (1960/1988) pela fórmula $S(\mathbb{A})$ e pela conceituação matemática dos números complexos, principalmente de – constitui um conceito intimamente relacionado a outros operadores centrais de seu ensino, tais como sujeito, desejo, gozo, demanda e ética. Pode-se dizer que ele é determinante para a estruturação daquilo que se torna analisável na clínica das neuroses. Apesar de sua não inscrição também produzir efeitos na lógica dos casos de psicose, este estudo debruça-se sobre os efeitos de sua operação na organização do discurso neurótico, em sua articulação com os ditos sociais contemporâneos.

Em Psicanálise compreende-se que o Outro não é completo, isto é, comporta uma falta estrutural. Trata-se do tesouro dos significantes, lugar simbólico que reúne todos os significantes possíveis mas que, também, é marcado pela falta de um que o possa totalizar. Não se confunde com a bateria significante, entendida como o conjunto articulado dos significantes em sua consistência interna, no qual nada falta nos elementos da cadeia (LACAN, 1960-1961/2010). Nesse sentido, o conceito de $S(\mathbb{A})$ é utilizado para representar a falta no campo do Outro, distinguindo o tesouro da bateria significante e evidenciando as consequências dela decorrentes.

Para formalizar a inscrição da falta no Outro em sua teoria, Jacques Lacan (1960/1988) recorre ao conceito de números complexos. Na Matemática, conforme Praciano-Pereira (2021), os números complexos constituem um conjunto que inclui o elemento imaginário (i), ultrapassando o domínio dos

números reais, os quais englobam os números naturais (1, 2, 3...), inteiros (... -2, -1, 0, 1, 2...), racionais (7,92; $\frac{2}{5}$; $\frac{1}{3}$...) e irracionais (π , $\sqrt{2}$, $\sqrt{3}$...). A introdução dos números complexos tornou-se necessária justamente para resolver equações que não possuem solução no conjunto dos números reais, isto é, para dar tratamento formal a um impasse lógico no interior desse sistema.

Por exemplo, ao se ter uma equação de segundo grau como $x^2 + 25 = 0$, a possibilidade de resolução seria $x^2 = -25$ e então $x = \pm\sqrt{-25}$. Entretanto, a resolução dessa equação é impossível, pois números negativos não possuem raiz quadrada. A impossibilidade é a seguinte: a raiz quadrada é a multiplicação de um número por ele mesmo; e qualquer número negativo, multiplicado por ele mesmo, dará um número positivo; logo, não há número real que possa representar a solução dessa equação, pois nenhum número vezes ele mesmo resulta em -25. Para resolver equações como a destacada, os matemáticos inventaram os números complexos, ampliando as regras matemáticas.

Historicamente os Números Complexos surgiram quando Bombelli, ao tentar resolver uma equação do 3º grau, usando a fórmula de Cardano-Tartaglia, depara-se com a raiz quadrada de um número negativo. Como ele sabia *a priori* que esta equação tinha solução, é levado a pensar que existe a raiz quadrada de um número negativo e começa a operar com essas raízes, não as considerando como números, mas como representações (ROSA, 1988, p. 114).

Praciano-Pereira (2021) relata que antes dos números complexos as regras da matemática deixavam de valer, em determinadas situações, se algum dos números fosse negativo. Porém, com os números complexos, o resultado pôde ser um número que não pertence aos números reais. “Imaginário” foi o nome dado à unidade imaginária (i), representada por $i = \sqrt{-1}$. Assim, as equações de segundo grau passaram a ter uma solução utilizando-se de uma unidade imaginária. Mesmo não havendo nenhum valor tangível como resultado, $\sqrt{-1}$ permanece utilizável em seu campo. Logo, a equação anteriormente citada, $x = \pm\sqrt{-25}$, poderia ser resolvida da seguinte forma $x = \pm\sqrt{-25} \cdot (-1)$: , logo $x = \pm\sqrt{-25} \cdot \sqrt{-1}$ e, finalmente, $x = \pm 5i$.

É importante destacar que os números complexos não foram criados na Matemática como uma forma de resolver equações não solucionáveis, não sendo números reais, mas como uma forma de representar uma impossibilidade matemática. Ou seja, um número complexo não é a resposta para as equações, mas permite que se continue a resolução de tais operações a partir dos números ima-

ginários. Quando se utiliza de sua unidade imaginária, $\sqrt{-1}$, está em jogo uma representação de algo que não existe, que está dentro do campo da impossibilidade. De tal maneira, a impossibilidade de representação ainda se faz presente, mas com os números complexos a equação pode ter continuidade.

Na Psicanálise, a noção matemática de $\sqrt{-1}$ é utilizada para a compreensão de $S(A)$, isto é, do significante de uma falta no Outro. Utiliza-se essa noção, pois, assim como na Matemática não há nenhum número que elevado ao quadrado resulta em um número negativo, também não há nenhum significante que pode ocupar a posição daquilo que falta no Outro. Ainda, assim como na matemática a resposta possível se dá por meio de um número complexo ($i = \sqrt{-1}$) que representa uma falta e/ou uma impossibilidade, na Psicanálise o $S(A)$ representa a falta no Outro, entretanto, não elimina a sua negatividade. A partir de tal significante, todos os demais são coordenados, ou seja, o $S(A)$ distingue-se de todos os demais.

Neste ponto, para melhor entendimento do $S(A)$, bem como suas implicações na *práxis* em Psicanálise no contexto contemporâneo, faz-se necessário voltar alguns passos, até à própria noção de significante. Nas palavras de Lacan:

[...] partiremos do que a sigla $S(A)$ articula, por ser antes de tudo um significante. Nossa definição do significante (não existe outra) é: um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante. Esse significante, portanto, será aquele para o qual todos os outros significantes representam o sujeito: ou seja, na falta desse significante, todos os demais não significariam nada. Já que nada é representado senão para algo (LACAN, 1960/1988, p. 833).

O que se retira dessa citação é a propriedade do significante: trata-se daquilo que representa o sujeito para outro significante. Lacan demonstra por meio disso que o que está em causa quando se trata do sujeito é o significante – “o sujeito é fabricado por um certo número de articulações produzidas e de onde ele caiu como fruto maduro da cadeia significante” (LACAN, 1967-1968/2006, p. 53-54). Nos intervalos de toda cadeia, o sujeito pode ser encontrado, isto é, ele está entre $S1$ e $S2$ – relação em que um significante é a causa do outro, em um tempo circular de antecipação e retroação. Todo significante, enuncia Lacan (1998b), não significa nada, pois é pela continuidade do significante, em relação de diferença com os demais, que se produz sentido.

Para facilitar a compreensão de sua leitura sobre a lógica significante, Lacan (1957/1988) apresenta uma representação visual. Ele coloca duas portas

idênticas uma ao lado da outra, com as inscrições “homens” e “mulheres” acima delas, representando os banheiros designados para cada gênero. O autor (1957/1988) destaca que a presença de uma porta com a inscrição “homens” ou “mulheres” não é suficiente para formar um sentido a quem a observa. No entanto, ao duplicar as portas e dispor-se as duas inscrições acima delas, ocorre uma precipitação inesperada de sentido. A surpresa decorre da justaposição de dois termos cujo significado complementar parece exigir consolidação pela duplicação.

Essa precipitação de sentido ilustra o modo como o significante não produz significado de forma isolada, mas apenas em relação a outro significante dentro de uma estrutura diferencial. Assim, a inscrição “homens” ou “mulheres”, tomada separadamente, não determina o sentido da porta, pois o valor significante deriva da posição que cada significante ocupa em cadeia. Desse modo, o exemplo de Lacan (1957/1988) evidencia que o sentido não preexiste no simbólico, mas emerge da articulação entre elementos da cadeia significante. Isso faz com que o significante funcione conforme uma lógica relacional, covariante, na qual cada um adquire valor apenas por sua distinção em relação aos demais.

De tal forma, Lacan (1957/1988) estabelece que: a) o significante constitui o aspecto material da linguagem, sendo fundamental para a materialização do discurso; b) é importante não atribuir significado ao significante, uma vez que sua característica predominante é a ausência de significado próprio, encontrando sentido apenas na correlação com outros significantes; c) cada significação está constantemente relacionada a outra significação, ou seja, não há fechamento total em um significado. Nessa lógica, o inconsciente lacaniano é formado por significantes conectados entre si em um sistema de covariância. E, além disso, o Outro é o lugar onde todos os significantes podem ser encontrados; ele é o tesouro significante.

Como estabelecido anteriormente, Lacan descreve uma falta no Outro. Diz ele:

[...] o sujeito, articulando a cadeia significante, traz à luz a falta-a-ser com o apelo de receber seu complemento do Outro, se o Outro, lugar da fala, é também o lugar dessa falta. O que é assim dado ao Outro preencher, e que é propriamente o que ele não tem, pois também nele o ser falta, é aquilo a que se chama amor, mas são também o ódio e a ignorância (LACAN, 1958/1988, p. 633).

Fala-se, nesse trecho, de $S(A)$, significante da falta no Outro. Acerca disso, Eidelsztein (2019) relata que $S(A)$ distingue-se de todo significante e que tam-

bém marca uma falta, mas, pelo mesmo motivo de ser diferente de todos os significantes, não tampona a falta que inscreve. Dizendo melhor, há com $S(A)$ a inscrição de uma falta no Outro, o qual não compõe um todo completo. Nesse sentido, deve haver a marca da falta para que ela possa operar como tal; marca que se inscreve simbolicamente, por meio de um significante. Entretanto, o elemento utilizado para marcar a falta deve ser diferente do que falta, para não haver anulação e sim inscrição.

Ao existir, de acordo com Lacan (1960/1988), a bateria de significantes, a qual possui a característica de ser completa, o $S(A)$ só pode ser um traço da impossibilidade de completude. Ele se simboliza pela inerência da $\sqrt{-1}$ no conjunto dos significantes, isto é, trata-se de um significante que registra a impossibilidade, o real. É aquilo que falta ao sujeito para pensar-se esgotado por meio do *cogito*, aquilo que é impensável, mas possível de ser representado. $S(A)$ é inerente à função A, de tesouro do significante. A falta de que se trata é nada mais do que: não há Outro do Outro, não é possível o fechamento, a completude da cadeia significativa.

Ou seja, entender os números complexos, com a $\sqrt{-1}$, permite que se compreenda a operação de $S(A)$, que não completa o campo simbólico, mas representa a falta. Com a representação do significante da falta no Outro, o sistema significativo opera idealmente, pois todos os significantes fazem referência a $S(A)$, denotando a impossibilidade de se dizer tudo: o simbólico não é completo, há algo que sempre surge e nunca se inscreve (o real). De tal maneira, sua função é primordial, pois é ao representar a falta, sem suprimi-la, que $S(A)$ sustenta o campo do Outro como não-todo, fundamento a partir do qual se pode ler a estrutura do discurso neurótico frente aos ditos sociais contemporâneos que pretendem tamponar essa falta.

O Discurso do Capitalista e o significante da falta no Outro

A noção de Outro, de acordo com o ensino de Lacan (1955-1956/1988), compreende o lugar onde os significantes se encontram; ou seja, o Outro é o detentor do significante. E esse, com seu jogo e insistência próprios, intervém em todos os interesses humanos, desde os mais profundos, primitivos e elementares. De tal maneira, o Outro contém, também, significantes de base, sem os quais a ordem das significações humanas não poderia se estabelecer; são as possibilidades trazidas pelo laço social. O Outro, compreendido como o campo simbólico e dos significantes, não está fora do tempo e da cultura; pelo

contrário: ele regula e orienta as identificações a partir das quais ocorrem as construções históricas.

Lacan (1953/1998) entende ser de suma necessidade que o psicanalista, em sua *práxis*, tenha ciência da subjetividade de sua época. Tal afirmação decorre do fato de que o mal-estar, inerente a todo ser humano, sofre modulações e adquire diferentes roupagens segundo o contexto cultural. Bonoris (2022) descreve que o simbólico varia com o tempo, aspecto que deve estar presente nas considerações do psicanalista, na medida em que a ascensão do neoliberalismo incide sobre os modos de subjetivação e pode produzir modificações relevantes nas formas atuais de apresentação do sofrimento na clínica.

É em relação a essa problemática que Lacan (1993), em *Televisão* – obra que registra um diálogo do autor em um programa de televisão –, é confrontado com a seguinte indagação: “Os psicólogos, os psicoterapeutas, os psiquiatras, todos os trabalhadores da saúde mental – eles é que, nas bases e na dureza, aguentam toda a miséria do mundo. E o analista, enquanto isso?”. Lacan sustenta que aguentar a miséria, nos próprios termos da pergunta formulada, implicaria “[...] entrar no discurso que a condiciona [...]” (LACAN, 1993, p. 29). Mais adiante, explicita que o discurso ao qual se refere é o Discurso do Capitalista (DC).

É precisamente a partir dessa posição que Goldenberg (2023) compreende a Psicanálise como uma “pedra no sapato” da modernidade, isto é, como uma forma de sintoma que perturba o funcionamento do sistema social dominante, organizado segundo o DC. Tal como o sintoma, que se apresenta como um incômodo que interrompe a pretensão de harmonia e funcionalidade, a Psicanálise introduz uma perturbação na lógica que visa à adaptação dos indivíduos a demandas que o coisificam, na medida em que opera pela reintrodução do sujeito no campo do desejo, afastando-se de uma perspectiva de domesticação das pulsões orientada à manutenção da ordem social, de cunho neoliberal.

Nesse sentido, embora tenha sido criada em resposta ao sofrimento inerente à vida em civilização, a Psicanálise revela também o limite das promessas de plenitude promovidas pelo capitalismo, ao recolocar em cena a dimensão da falta. Esse aspecto ajuda a compreender o interesse de Lacan (1955/1988) pela anedota segundo a qual Freud teria cochichado a Jung, ao aportar em Nova Iorque, que levavam a peste ao continente. Se, tal como indica Lacan (1993), entrar no discurso que condiciona a miséria implicaria reforçar a própria lógica que a produz, a Psicanálise se define por não consentir com tal engrenagem, operando como uma espécie de greve frente à servidão produzida pelo discurso dominante.

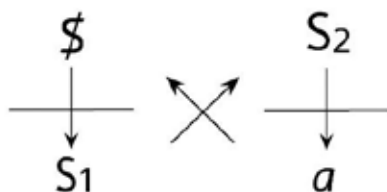
É nesse horizonte que se situa o DC, cuja formalização é apresentada na conferência *O discurso psicanalítico* (1972), proferida na Universidade de Milão. O DC é formulado como uma derivação do Discurso do Mestre, um dos discursos do laço social. Lacan (1968-1969/2008) define discurso como uma estrutura de relações que organiza as relações possíveis do sujeito no laço social. Comporta os meios pelos quais o gozo se organiza, pois implica o sujeito em sua dinâmica, mesmo que ele não saiba que contribui para a manutenção. Dessa forma, para Lacan (1972), o discurso configura aquilo que, no ordenamento do que pode ser produzido a partir da existência da linguagem, faz função de laço social.

Os discursos se articulam a partir de quatro elementos (S1, S2, *a* e \$) distribuídos em quatro lugares: agente, Outro, verdade e produção. O S1 designa o significante mestre e representa a função de comando, encarnando o poder. O S2, por sua vez, corresponde ao conjunto de significantes articulados em saber. O objeto *a* é definido, nos discursos, como o mais-de-gozar: resto irredutível da operação significante, expressão de um gozo sempre fracassado ou não plenamente alcançado. Por fim, o \$ representa o sujeito barrado, efeito da articulação significante. Ele não possui identidade substancial; sua marca é a divisão estrutural que decorre da inserção na linguagem (LACAN, 1969-1970/1992).

No que se refere aos lugares, o agente é a posição que comanda e opera sobre os demais elementos, instaurando a dinâmica própria de cada laço social. A verdade, situada sob o agente, funciona como seu motor inconsciente. Trata-se do que sustenta o discurso sem se apresentar de modo explícito, operando como fundamento recalcado da enunciação. O outro é o lugar ao qual o discurso se dirige. Ele ocupa a posição daquele que é interpelado, convocado ou submetido à ação do agente. Por fim, a produção corresponde ao resultado da articulação entre o agente e o outro. É o efeito gerado por essa relação, aquilo que emerge como produto do funcionamento discursivo (LACAN, 1969-70/1992).

Visto isso, a estrutura do DC pode ser lida da seguinte maneira: o sujeito (\$) ocupa a posição de agente (quadrante superior esquerdo), porém sua função é reconfigurada sob a lógica do consumo. No lugar da verdade (quadrante inferior esquerdo) situa-se o capital, representado por S1; o saber (S2) aparece identificado à ciência; e, na posição do objeto *a*, encontram-se os bens produzidos pelo sistema capitalista (LACAN, 1972). Em termos mais diretos, o DC engendra mercadorias a partir do saber científico e as eleva à condição de objetos supostamente capazes de satisfazer o desejo. Nesse contexto, as pessoas tornam-se produtos; são segregadas e deixam de ser tratadas como pessoas, sendo reduzidas à condição de coisas.

Figura 1
O Discurso do Capitalista



Fonte: adaptado de Lacan (1972).

O DC coloca objetos produzidos a partir do saber científico ao nível de objetos do desejo, elevando-os a um lugar privilegiado na economia psíquica e social. Difunde-se a ideia de que a aquisição de determinadas mercadorias seria capaz de proporcionar uma satisfação plena, como se o consumo pudesse suprir faltas estruturais do ser humano. Nesse movimento, pessoas tendem a ser reduzidas à condição de consumidores, sustentando, por meio do ato de compra, a própria lógica que os interpela. O consumismo, assim, reproduz o discurso que o legitima, gerando lucro e assegurando a continuidade do sistema. O efeito desse processo é a produção de indivíduos cronicamente insatisfeitos, marcados pela descartabilidade e pela fugacidade.

Sendo uma variação do Discurso do Mestre, o DC introduz uma torção em sua estrutura, alterando a circulação entre seus elementos. Nessa configuração, a relação entre sujeito e objeto se estabelece de modo direto, sem o intervalo que, nos demais discursos, introduz a dimensão da falta. Como efeito, o circuito tende a operar sem entraves, promovendo uma circulação entre produção e consumo. Ao tentar negar o impossível próprio da estrutura, o DC sustenta a ilusão de que não há limite para o gozo, oferecendo objetos como se pudessem responder à falta. No entanto, tal operação conduz à sua intensificação, na forma de uma insatisfação contínua que realimenta o próprio circuito (LACAN, 1972).

Conforme indica Lacan (1969-70/1992), o DC tende a tratar as pessoas como mercadoria, material humano tão consumível quanto os produtos de fábrica. Na contemporaneidade, o DC repercute sob diversas formas. Pode-se citar, como exemplo, a relação com o corpo perfeito (advinda da difusão de corpos ditos ideais), a aceleração da vida (rotinas intensas de trabalho, estudo, academia etc.), o desenvolvimento ininterrupto de novos produtos (descritos

como solucionadores dos problemas da vida) e a exigência de rendimento em excelência, tanto no âmbito profissional, onde se difundem ideais de que os felizes são os bem-sucedidos, quanto no acadêmico, em que o esforço intenso é apresentado como condição para a ascensão social.

Em suma, todas as exemplificações elencadas atuam de modo a manter o *status quo* das estruturas de poder em jogo na contemporaneidade. Goldenberg (2023) sustenta haver, no plano social, uma fantasia moldada por uma combinação de elementos culturais, históricos, simbólicos e ideológicos, que opera mascarando os aspectos problemáticos da realidade produzida pelo DC. Englobam-se aqui as desigualdades, as injustiças, a exploração e as contradições sociais. Sua função consiste em deslocar a responsabilidade pelas mazelas geradas pelo próprio DC para o plano individual, induzindo o indivíduo a procurar sanar a falta, a fim de viver de forma plena – como se tudo fosse possível desde que se siga determinado roteiro.

Um exemplo disso seria a fantasia do “sonho americano”, que permeia a sociedade dos Estados Unidos e sustenta a crença de que qualquer pessoa, independentemente de sua origem social ou econômica, pode alcançar o sucesso e a prosperidade através do trabalho árduo e da determinação. Essa fantasia inconsciente no plano social permite que muitos indivíduos acreditem que têm controle sobre o próprio destino, ignorando as estruturas sistêmicas de desigualdade que podem restringir suas oportunidades (GOLDENBERG, 2023, p. 190).

No entanto, desde seu surgimento com Freud e o tratamento das histéricas, a Psicanálise sustenta uma posição radicalmente distinta: fazer do desejo o eixo orientador da *práxis* analítica. Conforme destaca Andrade Júnior (2007), a ética da Psicanálise – entendendo-se ética como algo que também baliza uma prática – funda-se na negatividade constitutiva do ser humano. Há, no sujeito, uma verdade que lhe escapa, que lhe falta. Por essa razão, a ética psicanalítica não pode se apoiar em ideais normativos universais nem em promessas de felicidade ancoradas na razão ou na ordenação dos bens sociais, uma vez que se entende que a incompletude não está ao nível do indivíduo, mas da estrutura do ser sexuado.

Ao contrário, a prática do analista implica desmontar tais garantias, recusando qualquer promessa de satisfação plena oferecida como ideal coletivo. Assim, a Psicanálise orienta-se em direção oposta à perfeita simetria propagada pelo DC, sustentando o desejo, e não a completude, o norte de sua intervenção. Uma ética para a Psicanálise consiste em possibilitar ao sujeito

reconhecer-se como desejante. Na medida que é um ser de linguagem, toda completude se torna impossível: a linguagem é estruturalmente marcada pela falta, não diz tudo, e algo sempre escapa ao campo do Outro. A ética da Psicanálise é uma ética do singular, das respostas próprias de cada analisante diante do enigma da falta do Outro (ANDRADE JÚNIOR, 2007).

Logo, a Psicanálise não se orienta pela promessa de harmonia ou pela adequação do sujeito aos ideais do discurso dominante, mas pela possibilidade de sustentar uma posição diante da falta estrutural que constitui o sujeito. Em seu sétimo seminário, sobre a ética, Lacan (1959-60/1988) propõe o questionamento do desejo não a partir de normas universais, mas a partir de sua relação com o desejo que o habita, formulando a questão sobre se o sujeito age ou não com base no desejo que o habita. Logo, concebe não haver um bem último que possa orientar a ação humana, recolocando a ética como eixo ético, na medida em que convoca o sujeito a se posicionar frente ao que nele é irredutível às normas e aos ideais.

De tal modo, a experiência analítica opera como um espaço em que a demanda de felicidade dirigida ao analista no início do tratamento é transformada em uma possibilidade de interrogação, convertendo-se em um desejo de saber sobre aquilo que causa o sujeito. Nesse sentido, a ética da Psicanálise não visa suprimir o conflito entre desejo e moral, mas reconhecê-lo como constitutivo, apostando na possibilidade de que o sujeito, ao confrontar-se com a falta no Outro e com a impossibilidade de uma completude, possa assumir uma posição frente ao seu desejo, sem recorrer a garantias universais ou a ideais normativos que venham tamponar essa experiência – como as propostas pelo DC.

Safatle (2020) estabelece que a *práxis* psicanalítica, ao apostar no advento do sujeito do inconsciente e de seu desejo, vincula-se a modificações profundas nos modos usuais de inscrição simbólica dos sujeitos, tanto no que se refere a seus papéis nas dinâmicas de reprodução da vida material como das estruturas narrativas e os modos específicos de falar de si. Dito com outras palavras, a Psicanálise propõe questionamentos à queixa inicial daquele que vem à análise, que, no início do tratamento, relaciona seus sintomas e suas mazelas a uma crença de não *ter* ou *ser* de determinada maneira, a qual, supostamente, lhe traria plenitude. Como se pode perceber, essa visão alinha-se ao próprio funcionamento do DC.

Como destacado por Lacan (1964-1965/2006) o psicanalista é responsável por introduzir o sujeito na ordem do desejo, operação que se realiza através de um redirecionamento radical. Neste estudo, sustenta-se a afirmativa de que tal direcionamento pode ser feito por meio do conceito de significante da falta no Outro,

$S(A)$. Como anteriormente destacado, tal noção do ensino lacaniano não representa a ocupação da falta por algum significante, como se houvesse a possibilidade de elevação de alguma coisa ao patamar de aquilo que falta ao Outro. Trata-se, em outra via, da representação da falta, de um significante que apenas representa a negatividade do humano, permitindo que o desejo possa se instaurar.

Eidelsztein (2019) postula que, com $S(A)$, a Psicanálise aborda: a) a existência de uma falta no campo do grande Outro, que não é completo, pois há uma negatividade no tesouro dos significantes; b) que essa falta se inscreve por meio de um significante ou, melhor dizendo, que a falta no Outro é de um significante e que essa falta se inscreve através de um significante; c) que $S(A)$ não é um significante como os outros, uma vez que ele não tampona a falta, somente a torna passível de ser representada. Assim como os números imaginários, $\sqrt{-1}$, se distinguem de todos os números naturais, o $S(A)$ é distinto de todo significante do Outro e, justamente por isso, ele não tampona a falta que inscreve.

Outra coisa é o que sustenta a psicanálise tal como Lacan, a partir de Freud, a desenvolve. Há uma marca, para cada sujeito, da falta no Outro. Mas essa marca, essa inscrição, é positiva, não se trata de uma pura negatividade. Há um elemento que inscreve o inefável como ineliminável, mas há uma operação que corresponde a esse elemento e essa operação, é enunciável¹ (EIDELSZTEIN, 2019, p. 73).

A afirmação de que a inscrição da falta é “positiva” indica que ela não se reduz a uma constatação abstrata de incompletude, mas implica uma incidência que organiza a posição do sujeito no laço social. Ao inscrever o ineliminável, o $S(A)$ delimita um ponto de impossibilidade a partir do qual algo pode ser dito. É nesse ponto que se torna possível uma operação: não a supressão da falta, mas a construção de uma resposta singular diante dela. Assim, se há um impossível que não cessa de não se escrever, há também um trabalho possível de enunciação, por meio do qual o sujeito pode assumir uma posição distinta frente ao que lhe escapa, deslocando-se da demanda de completude para seu próprio desejo.

1. Traduzido do original “Otra cosa es lo que sostiene el psicoanálisis tal como Lacan, a partir de Freud, lo desarrolla. Hay una marca para cada sujeto de la falta en el Otro. Pero esa marca, esa inscripción es positiva, no se trata de una pura negatividad. Hay un elemento que inscribe lo inefable como ineliminable, pero hay una operatoria que le corresponde a ese elemento y a esa operatoria, es enunciable”.

Nessa direção, a analogia com a $\sqrt{-1}$ permite um passo a mais: se ela surge como operador que dá tratamento a uma impossibilidade no campo da Matemática, sem suprimi-la, pode-se dizer que ela encarna, em termos lógicos, aquilo que, na teoria lacaniana, se aproxima do estatuto do real. Com efeito, o real, tal como formulado por Lacan (1972-73/1985), não se confunde com a realidade empírica, mas designa precisamente aquilo que resiste à simbolização, o impossível – o que não cessa de não se escrever. Assim como não há número real que resolva a raiz de um número negativo, também não há significante capaz de recobrir o ponto de falta estrutural no Outro.

A introdução de $\sqrt{-1}$ não resolve a impossibilidade, mas a circunscreve, permitindo que o sistema opere a partir dela; de modo análogo, o $S(A)$ inscreve simbolicamente o impossível do real, sem inscrevê-lo. É nesse sentido que o real, enquanto impossível, não é exterior ao simbólico, mas seu limite interno: aquilo que, ao mesmo tempo em que impede o fechamento da cadeia significante, a torna operante. Dessa forma, a articulação entre $\sqrt{-1}$ e o real lacaniano evidencia que não se trata de eliminar a impossibilidade, mas de sustentá-la como condição de possibilidade para qualquer operação, seja ela matemática ou subjetiva.

Assim, ao contrário da ideia difundida pelo DC, que propaga a eliminação da falta por meio do consumismo – sob a máxima de que “o sujeito feliz é aquele que possui, e não aquele a quem falta... algo” –, a Psicanálise sustenta a falta enquanto estrutural. Isso significa reconhecer que a ausência de uma resposta à negatividade do ser sexuado não constitui um déficit a ser suprimido, mas a própria condição que põe o desejo em movimento. Nesse horizonte, o $S(A)$ formaliza a falta no Outro como ineliminável, própria da experiência do ser falante. Não se trata da instauração de um imperativo de supressão, mas de uma marcação que permite que o sujeito se autorize a produzir respostas singulares ao enigma de seu desejo.

Tal operação retira o sujeito da angústia avassaladora produzida pela “falta da falta”, isto é, pela promessa de uma completude possível na qual não há espaço para o não saber. Ao contrário, abre-se a possibilidade de uma relação menos mortificante com a falta, fundada em sua sustentação. Cumpre destacar que esse movimento convoca o analista a uma operação ética radical: introduzir o sujeito na dimensão de seu desejo, deslocando-o do ideal contemporâneo de completude. Portanto, ao sustentar o significante da falta no Outro e apostar no advento do sujeito do inconsciente, a Psicanálise reafirma que é na escuta do que escapa, do que insiste e do que não se totaliza, que se abre a possibilidade de uma posição particular frente ao desejo.

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo discutir a falta no Outro como forma de resistência ao Discurso do Capitalista (DC), tomando o significante $S(A)$ como operador central dessa leitura. Partindo da pergunta lacaniana, “o que fazemos quando fazemos análise?”, buscou-se situar a especificidade da *práxis* psicanalítica frente o contexto sociocultural contemporâneo, baseado no DC, em que a completude é vendida como possível e alcançável. Nesse campo, a falta tende a ser negada ou tratada como falha individual a ser corrigida, desde que se consuma, produza ou se adapte suficientemente.

Procurou-se retomar o significante da falta no Outro, $S(A)$, como eixo teórico-clínico que permite recolocar a questão da falta em outros termos: não se trata de preenchê-la, mas de operar a partir dela. Assim como a unidade imaginária, $\sqrt{-1}$, na Matemática não resolve a questão da impossibilidade de cálculos com raiz quadrada de números negativos, mas possibilita que o cálculo prossiga, o $S(A)$ não tampona a incompletude; ele a representa, sustentando o Outro como não-todo, faltoso, permitindo, com isso, que operações particulares possam ser feitas pelo analisante para sua relação com o próprio desejo.

Nesse sentido, a Psicanálise pode configurar-se como um ato de contracorrente à tentativa de negação da falta. Ao apostar no advento do sujeito do inconsciente e ao sustentar a dimensão do desejo como norte, resiste à cultura da performance e do gozo ilimitado. Não se trata de adaptar o sujeito às exigências do mercado, nem de oferecer técnicas de fortalecimento do eu, mas de abrir espaço para a emergência de questionamentos sobre o desejo. Tal deslocamento implica uma posição ética do psicanalista, que deve atentar-se à subjetividade de sua época para não reproduzir os imperativos de completude.

Portanto, se o DC tende a produzir sujeitos orientados pela lógica da satisfação imediata, a Psicanálise reafirma que é na escuta do que escapa, do que insiste e do que não se totaliza que se abre a possibilidade de uma posição própria, seguindo a ética do desejo. Desse modo, ao retomar o significante da falta no Outro como fundamento estrutural e como operador clínico, este estudo buscou afirmar a Psicanálise como atual e urgente na contemporaneidade, não como promessa de harmonia, mas como uma ética que opera com a falta onde o discurso dominante insiste em oferecer plenitude. Assim, o que se transmite não é uma promessa de completude, mas a própria negatividade enquanto condição estrutural do desejo.

Referências

- ANDRADE JÚNIOR, M. de. O desejo em questão: ética da psicanálise e desejo do analista. *Psychê*, ano 11, n. 21, p. 183-196, 2007. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382007000200013>. Acesso em: 25 fev. 2026
- BONORIS, B. J. A construção performativa do corpo como substância gozante. *O Rei Está Nu*, ano 2, n. 2, p. 9-16, 2022. Disponível em: <<https://oreiestanu.com/wp-content/uploads/2022/12/1.-Bonoris-Bruno.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2026.
- EIDELSZTEIN, A. *Las estructuras clínicas a partir de Lacan: intervalo y holofrase, locura, psicosis, psicossomática y debilidad mental*. Buenos Aires: Letra Viva, 2019.
- GOLDENBERG, R. *Inconscientes*. Londrina: Sinthoma, 2023.
- LACAN, J. (1955). A coisa freudiana ou sentido do retorno a Freud em psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- _____. (1958). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- _____. (1957). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- _____. (1972). *Do discurso psicanalítico*. Conferência proferida na Universidade de Milão, 12 de maio de 1972.
- _____. (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. (1967-1968). *Meu ensino*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- _____. (1953-1954). *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- _____. (1955-1956). *O seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- _____. (1959-1960). *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- _____. (1960-1961). *O seminário, livro 8: a transferência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- _____. (1964). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

- _____. (1968-1969). *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- _____. (1969-1970). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- _____. (1972-1973). *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- _____. (1964-1965). *Problemas cruciais para a psicanálise: seminário 1964-1965*. Recife: Centro de Estudos Freudianos de Recife, 2006.
- _____. (1960). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- _____. (1974). *Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- PRACIANO-PEREIRA, T. Raízes dos números complexos. *Preprints da Sobral Matemática*, v. 6, 2021.
- ROSA, M. S. *Números complexos: uma abordagem histórica para aquisição do conceito*. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.
- SAFATLE, V. *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

Tramitação

Recebido 03/03/2026

Aprovado 06/05/2026